



Comunicado | Lisboa | 16 de junho de 2020

Facto Relevante divulgado pela Oi

A PHAROL, SGPS S.A. informa sobre Facto Relevante divulgado pela Oi, S.A., de acordo com o documento da empresa em anexo.

PHAROL, SGPS S.A.

Sociedade Aberta
Capital social € 26.895.375
Número de Matrícula na
Conservatória do Registo
Comercial de Lisboa e de Pessoa
Coletiva 503 215 058

A PHAROL está cotada
na Euronext (PHR).
Encontra-se disponível informação
sobre a Empresa na Bloomberg
através do código PHR PL.

Luis Sousa de Macedo
Diretor de Relação com
Investidores ir@pharol.pt
Tel.: +351 212 697 698
Fax: +351 212 697 649

pharol.pt



Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/ME nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33.3.0029520-8

Companhia Aberta

FATO RELEVANTE

Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial [“Oi” ou “Companhia”], em cumprimento ao art. 157, §4º, da Lei nº 6.404/76 (“LSA”) e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 28 de fevereiro de 2020, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, a Companhia protocolou perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro [“Juízo da RJ”] proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial homologado [“Aditamento ao PRJ”], na forma ali prevista, visando, principalmente, à sustentabilidade do seu negócio, por meio da reorganização e simplificação do Grupo Oi do ponto de vista societário e operacional, de forma a assegurar maior flexibilidade e eficiência financeiras. Estes ajustes facilitarão, ainda, o acesso da Companhia ao mercado financeiro para a captação de novos recursos necessários ao equacionamento racional de sua dívida e à viabilização da execução não apenas do seu Plano de Recuperação Judicial [o “Plano” ou o “PRJ”], mas também do seu Plano Estratégico, que visa ao reposicionamento da Companhia, à criação de valor para todos os seus *stakeholders* e à sustentabilidade de longo prazo.

O Aditamento ao PRJ ainda será submetido à votação em Assembleia Geral de Credores [“Nova AGC”] e, posteriormente, à homologação pelo Juízo da RJ, podendo, portanto, sofrer ajustes nos seus termos e condições e nas medidas nele previstas.

1. Objetivos do Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ busca permitir ao Grupo Oi viabilizar a execução de seu plano de longo prazo, com o equacionamento necessário da sua dívida, no contexto atual,

e a continuidade de suas atividades seguindo o referido PRJ e o seu Plano Estratégico. A estratégia da Companhia tem como principal objetivo a transformação de seu modelo de negócio, com foco na utilização e rápida ampliação de sua extensa infraestrutura de fibra ótica como diferencial competitivo, incluindo suas redes de transporte (*backbone*, *backhaul* e rede de dados), e redes de acesso primárias e secundárias (*links* dedicados, anéis metropolitanos e redes de acesso FTTH), viabilizando e suportando as necessidades de conexão em alta velocidade e provimento de serviços para seus clientes residenciais, empresariais, corporativos e de governo, bem como o provimento de serviços de infraestrutura para os demais provedores de serviços de telecomunicações do país, incluindo a viabilização de conexões para a nova tecnologia 5G.

A implementação dessa estratégia se dará com a continuidade do processo de alienação de ativos, possibilidade de participação em movimentos de consolidação e alienação de sua operação de comunicações móveis, e com a adoção do modelo conhecido como separação estrutural, que permite a constituição de entidades separadas para investimentos, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e para o provimento de serviços para seus clientes finais, incluindo as atividades de desenvolvimento de produtos, *marketing*, vendas e atendimento a clientes. Com isso, busca-se tornar o modelo de negócio do Grupo Oi mais sustentável, focado nas suas principais vantagens competitivas, estruturado de maneira eficiente e focada, e assegurar a continuidade do Grupo Oi e o consequente cumprimento dos meios de recuperação e pagamento de todos os créditos concursais.

O Aditamento ao PRJ busca a introdução de flexibilidade para o atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia acima descritos, e tem como objetivos principais, entre outros:

- (i) prever a possibilidade de formação de unidades produtivas isoladas ["UPIs"], mediante a segregação de determinados negócios e ativos do Grupo Oi e a alienação dos mesmos com a segurança e benefícios assegurados pela Lei nº 11.101/2005 ["LRF"], garantindo assim a maximização do seu valor e a geração dos recursos necessários para o pagamento de credores concursais e das obrigações das Recuperandas;
- (ii) estabelecer melhorias nas condições de pagamento para parte substancial dos pequenos credores, como forma de redução da litigiosidade e de satisfação mais rápida deste tipo de credor, como determinou o Juízo da RJ;

- (iii) permitir a contratação de financiamentos e outras formas de captação adicionais pelas Recuperandas, para manutenção dos investimentos necessários e pagamento dos seus credores; e
- (iv) permitir a segregação, a partir de sociedade integrante do Grupo Oi, de alguns ativos de fibra e infraestrutura, visando criar uma estrutura societária mais flexível e eficiente para acelerar os investimentos na expansão da rede de fibra ótica, podendo esta sociedade acessar o mercado financeiro e de capitais e captar recursos adicionais com custos mais baixos, poupando o uso exclusivo de recursos gerados pela própria operação das Recuperandas e, assim, fortalecendo a sua estrutura operacional.

2. UPIs previstas no Aditamento ao PRJ.

O Aditamento ao PRJ prevê a segregação de 4 [quatro] UPIs distintas dos ativos, passivos e direitos das Recuperandas associados à [a] operação em telefonia e dados no mercado de comunicação móvel ["UPI Ativos Móveis"]; [b] infraestrutura passiva ["UPI Torres" e "UPI *Data Center*"]; e [c] operação de redes de telecomunicações ["UPI InfraCo"].

As UPIs serão constituídas sob a forma de sociedades por ações de propósito específico ["SPEs"] e poderão ser alienadas, em modelos distintos para cada natureza de UPI descrita acima, visando ao pagamento de dívidas e à geração de recursos necessários à expansão de sua infraestrutura de fibra e serviços associados, que são o foco principal da estratégia do Grupo Oi. A alienação das UPIs visa permitir à Oi maximizar o valor econômico dos seus investimentos, por meio da expansão de seus serviços de acesso residenciais e empresariais em todo o país, da exploração mais eficiente dos seus elementos de rede e da abertura de novas possibilidades de exploração destas redes para outras empresas operadoras e provedoras de serviços no setor de telecomunicações, observadas a legislação, regulamentação e a necessidade de autorizações das autoridades competentes, quando aplicáveis.

Informações detalhadas sobre a composição de cada UPI e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive aquelas relativas à estrutura e ao preço, estão descritos no Aditamento ao PRJ.

2.1. UPI SPE InfraCo.

A SPE InfraCo reunirá ativos de infraestrutura e fibra relacionados às redes de acesso e transporte do Grupo Oi já aportados em seu capital, sejam cedidos diretamente, sejam cedidos como direito de uso na forma de IRUs (*Indefeasible Rights of Use*), bem como novos investimentos em infraestrutura que ainda serão realizados, tendo como objetivo a aceleração dos investimentos na expansão das suas redes de fibra ótica, a partir de uma estrutura de capital mais flexível e eficiente e maior possibilidade de captação e utilização de novos recursos. A SPE InfraCo, uma vez implementadas as operações previstas no Plano, será uma coligada da Companhia, e buscará no mercado os recursos necessários para o financiamento de seus investimentos, de forma a expandir as atividades do Grupo Oi em fibra ótica e atender a um maior número de clientes de todos os segmentos em todo o país.

O Aditamento ao PRJ prevê a manutenção pela Oi de participação relevante no capital social da SPE InfraCo, com medidas que garantam sua participação ativa na criação e expansão de uma empresa líder nacional em infraestrutura em fibra ótica. A exemplo do que já ocorreu em outros países, a criação da SPE InfraCo segue uma lógica de separação estrutural entre a empresa de serviços e a empresa de infraestrutura, com o objetivo de maximizar o valor dos negócios, através de maior eficiência e inovação, com estratégias claras focadas na experiência do cliente e inovação de produtos e serviços de um lado, e na massificação de infraestrutura de fibra e otimização de sua operação técnica do outro.

A UPI InfraCo será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de fibra ótica e infraestrutura descritos no Anexo 5.3.4 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação parcial da UPI InfraCo por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para a alienação parcial do capital votante da SPE InfraCo. Tal procedimento competitivo deve assegurar à Companhia um pagamento mínimo de R\$ 6,5 bilhões, além da garantia, por parte dos novos investidores, do pagamento integral da Dívida InfraCo prevista na Cláusula 5.3.7.1 do Aditamento ao PRJ e do cumprimento do seu plano de investimentos, conforme determinados parâmetros a serem estabelecidos no respectivo Edital do Procedimento Competitivo. Como resultado da alienação parcial da UPI InfraCo, será assegurado ao adquirente uma participação equivalente a 51,0% do capital votante, e não superior a 51,0% do capital econômico da SPE InfraCo, sendo reservado às Recuperandas o direito de, a seu exclusivo critério, determinar a divisão do capital social da SPE InfraCo em ações ordinárias e preferenciais da InfraCo na alienação, observados os limites previstos em lei, garantindo dessa maneira à Companhia a

manutenção de participação econômica relevante, até mesmo como garantia para cumprimento de suas obrigações junto a credores do PRJ.

2.2. UPI Ativos Móveis, UPI Torres e UPI *Data Center*.

A UPI Ativos Móveis será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de comunicação móvel descritos no Anexo 5.3.1 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI Ativos Móveis por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Móvel, com o pagamento do preço de, no mínimo, R\$ 15,0 bilhões em dinheiro.

A definição de proposta vencedora se dará pelo maior preço oferecido acima do preço mínimo, resguardada porém a possibilidade de as Recuperandas selecionarem a segunda melhor proposta, desde que com preço, no máximo, 5% inferior àquele apresentado na proposta de maior valor, mediante justificativa fundamentada de que a referida proposta confira maior certeza e segurança jurídicas de conclusão da alienação da UPI Ativos Móveis na forma como proposta, em face das necessárias aprovações regulatórias e concorrenciais, sem prejuízo, ainda, da não objeção de mais de 50% dos créditos concursais que se manifestem neste sentido nos autos da RJ. O mesmo se aplica no caso de serem recebidas duas propostas abaixo do preço mínimo. O Aditamento ao PRJ prevê ainda a existência de mecanismos para a definição de condições de aprovação de propostas sempre de forma a garantir a maior certeza e segurança jurídicas de concretização da alienação proposta, resguardada, sempre, a não objeção de mais de 50% dos créditos concursais.

A UPI Torres será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de torres *outdoor* e *indoor* de transmissão e radiofrequência, descritos no Anexo 5.3.2 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI Torres por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Torres detidas pelas Recuperandas, com o pagamento do preço de, no mínimo, de R\$ 1,0 bilhão em dinheiro.

A UPI *Data Center* será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de *data center*, descritos no Anexo 5.3.3 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI *Data Center* por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE *Data Center*, com o

pagamento do preço de, no mínimo, R\$ 325,0 milhões em dinheiro, dos quais ao menos R\$250 milhões à vista, podendo ser o saldo pago de forma parcelada, observado que o investidor cuja proposta vinculante [obtida em processo de prospecção de mercado realizado pelo Bank of America, assessor financeiro da Oi] serviu de base para a definição do preço mínimo terá o direito de igualar a melhor proposta apresentada no leilão da UPI *Data Center* (*right to match*). Desta forma, a Oi confere maior certeza e segurança jurídicas à realização da alienação pelo preço proposto, permitindo, ainda, que, por meio de um processo competitivo, seja dada a oportunidade a qualquer interessado de oferecer valor superior ao proposto, em benefício das Recuperandas.

3. Pagamento de Credores.

O Aditamento ao PRJ prevê a possibilidade de ajustes nas condições de pagamento de credores concursais e também mecanismos que permitem ou obrigam a Companhia a pagar determinados créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no Plano de Recuperação Judicial homologado.

Informações detalhadas sobre as propostas de pagamento previstas com relação a cada classe de credores estão descritas no Aditamento ao PRJ.

3.1 Créditos Trabalhistas.

O Aditamento ao PRJ prevê que credores trabalhistas cujos créditos não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC terão seus créditos até o montante total de R\$ 50,0 mil pagos no prazo máximo de 30 dias da homologação do Aditamento ao PRJ, desde que os referidos créditos trabalhistas (i) constem da relação de credores do administrador judicial; ou (ii) sejam objeto de decisão transitada em julgado que encerrou o respectivo processo e homologou o valor devido ao respectivo credor; ou (iii) no caso dos credores decorrentes de honorários de sucumbência, seja proferida decisão em incidente de habilitação ou impugnação de crédito distribuída até a Nova AGC, desde que realizem opção por essa forma de pagamento.

3.2 Créditos com Garantia Real.

O Aditamento ao PRJ prevê que, na hipótese de alienação da UPI Ativos Móveis, o Grupo Oi terá a obrigação de, em até 30 dias da liquidação, destinar uma parcela da Receita Líquida da Alienação da UPI Ativos Móveis [conforme definida no Aditamento ao PRJ] para antecipar o pagamento de 100,0% do valor remanescente dos Créditos com Garantia Real [conforme condições definidas no Aditamento ao PRJ].

Alternativamente, os Credores com Garantia Real poderão optar que o saldo remanescente dos seus respectivos créditos detidos exclusivamente contra a Oi Móvel seja transferido para a SPE Móvel, na forma da Cláusula 4.2.5.2 do Aditamento ao PRJ, ou ainda optar por usar até a totalidade do saldo remanescente dos seus créditos em projetos de financiamento das operações das Recuperandas ou suas coligadas.

3.3 Créditos Quirografários.

3.3.1 Credores Quirografários Classe III.

3.3.1.1 Opção de Pagamento Linear

Nos termos do Aditamento ao PRJ, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quirografários Classe III [conforme definido no Plano], com créditos no valor de até R\$ 3,0 mil que ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC e que tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC poderão optar pelo recebimento integral do valor de seu crédito, na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço eletrônico www.credor.oi.com.br. A opção por receber R\$ 3,0 mil poderá ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários Classe III com créditos de valor superior a R\$ 3,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC; (ii) já tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorguem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos.

3.3.1.2 Obrigação de Recompra em Eventos de Liquidez

O Aditamento ao PRJ traz uma alteração à Cláusula 5.2 do PRJ para prever a obrigação de pré-pagamento com desconto, pelas Recuperandas, dos credores ali mencionados também na ocorrência de um ou mais Eventos de Liquidez [conforme definidos no Aditamento ao PRJ] nos primeiros 5 anos contados da homologação judicial do PRJ. Para tanto, o Aditamento ao PRJ estabelece que o Grupo Oi deverá destinar 100,0% da Receita Líquida dos Eventos de Liquidez [conforme definida no Aditamento ao PRJ] que ultrapassar o montante de R\$ 6,5 bilhões para, em até 3 rodadas de pagamento, antecipar o pagamento dos créditos detidos pelos Credores Quirografários previstos na referida Cláusula, conforme descrito na Cláusula 5.4 do Aditamento ao PRJ.

3.3.1.3 Empréstimos Credores Parceiros

Nos termos do Aditamento ao PRJ, a Oi ou sua subsidiária SPE InfraCo poderão captar novos recursos por meio de linhas de crédito contratadas com Credores Quirografários, até o montante de R\$ 3,0 bilhões, sendo garantida isonomia e oportunidade para todos os Credores Quirografários, por meio da divulgação prévia de edital contendo todos os termos e condições do empréstimo a ser contratado na respectiva rodada ["Empréstimo Credores Parceiros"]. As condições do Empréstimo Credores Parceiros estão descritas na Cláusula 5.6.5.2 do Aditamento ao PRJ. Em contrapartida à participação no Empréstimo Credores Parceiros, cada credor fará jus ao pagamento antecipado do seu respectivo crédito no montante equivalente a 1/3 (um terço) do valor do empréstimo oferecido por tal credor que seja efetivamente utilizado pela Oi ou SPE InfraCo, nas condições previstas na Cláusula 5.6.5.3 do Aditamento ao PRJ.

3.3.1.4 Leilão Reverso

O Aditamento ao PRJ permite às Recuperandas, a qualquer momento durante o prazo de 5 anos contados da homologação do Aditamento ao PRJ, promover uma ou mais rodadas de pagamento antecipado de Credores Quirografários que oferecerem os respectivos créditos com a maior taxa de deságio em cada rodada realizada ["Leilão Reverso"]. Em cada Leilão Reverso, será considerado vencedor o Credor Quirografário que apresentar o maior percentual de deságio sobre o montante total dos seus créditos, e assim sucessivamente, nas condições previstas na Cláusula 4.7.1 do Aditamento ao PRJ.

As condições específicas de cada Leilão Reverso, inclusive eventuais restrições e regras de deságio mínimo para participação, serão detalhadas no respectivo edital a ser divulgado previamente ao Leilão Reverso, no endereço eletrônico www.recjud.com.br, e posteriormente enviado aos Credores Quirografários interessados que realizarem o seu cadastro, na forma prevista na Cláusula 4.7.4 do Aditamento ao PRJ.

3.3.2 Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV.

Nos termos do Aditamento ao PRJ, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV [conforme definido no Plano] com créditos no valor de até R\$ 35,0 mil que ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC e que tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC poderão optar pelo recebimento integral do valor de seu crédito, na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pelo Grupo Oi no

endereço eletrônico www.credor.oi.com.br. A opção por receber R\$35,0 mil poderá ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV, com créditos de valor superior a R\$ 35,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC; (ii) já tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorguem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos.

4. Encerramento da Recuperação Judicial.

Nos termos do Aditamento ao PRJ, a recuperação judicial será encerrada mediante a liquidação e efetiva transferência da UPI Ativos Móveis para o seu respectivo adquirente, ou em prazo inferior, caso aprovado pelo Juízo da RJ após requerimento das Recuperandas nesse sentido.

5. Atividades da Oi uma vez implementadas as medidas previstas no Aditamento ao PRJ.

Caso implementadas a reestruturação societária realizada para segregar as UPIs e a alienação das UPIs na forma do Aditamento ao PRJ, a Companhia permanecerá com todas as atividades, bens, direitos e obrigações não expressamente transferidos para as UPIs, incluindo determinados ativos de fibra ótica, *backbone* e *backhaul* de fibra e cobre relacionados à rede de transporte do Grupo Oi, clientes residenciais, empresariais e corporativos (inclusive os de natureza pública), além dos serviços Digitais e de TI (Oi Soluções), bem como as operações de manutenção e instalação de campo (SEREDE) e de atendimento a clientes (BTCC).

Com tais medidas, busca-se que este conjunto de ativos seja suficiente para garantir a continuidade das atividades da Companhia e o pagamento de suas dívidas nos termos do Aditamento ao PRJ.

Outras informações a respeito do Aditamento ao PRJ e implementação das medidas nele previstas estão contidas nos documentos divulgados nesta data pela Companhia e disponíveis em seu website [www.oi.com.br/ri] e no Sistema Empresas.NET da CVM [www.cvm.gov.br].

6. Íntegra do Aditamento ao PRJ.

A íntegra do Aditamento ao PRJ encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia e em seu website [www.oi.com.br/ri], no Sistema Empresas.NET da CVM [www.cvm.gov.br], além do website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa,

Balcão [www.b3.com.br]. Cópia do material apresentado à CVM também será enviada, assim que possível, traduzida para o inglês, à *US Securities and Exchange Commission* conforme o *Form 6-K*.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o desenvolvimento dos assuntos objeto deste Fato Relevante.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2020.

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

Camille Loyo Faria

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

Nota Especial Relacionada às Declarações Prospectivas:

Este Fato Relevante contém declarações prospectivas. As declarações que não são fatos históricos, incluindo declarações relacionadas às crenças e expectativas da Companhia, estratégias de negócios, sinergias futuras e reduções de custos, custos futuros e liquidez futura, são consideradas declarações prospectivas. As palavras “será”, “deverá”, “seria”, “deveria”, “antecipa”, “pretende”, “busca”, “acredita”, “estima”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “alvos”, “objetivo” e expressões similares, caso relacionadas à Companhia ou sua administração, destinam-se a identificar declarações prospectivas. Não há garantia de que os eventos esperados, tendências ou resultados esperados efetivamente ocorrerão. Tais declarações refletem a visão atual da administração da Companhia e estão sujeitas a um número de riscos e incertezas. Essas declarações são baseadas em várias suposições e fatores, incluindo condições gerais do mercado e da economia, condições industriais, aprovações societárias, fatores operacionais e outros fatores. Quaisquer mudanças em tais suposições ou fatores poderiam causar resultados que diferissem materialmente das expectativas atuais. Todas as declarações prospectivas atribuíveis à Companhia ou suas afiliadas, ou a pessoas agindo em seu nome, são expressamente qualificadas na sua totalidade pelo aviso cautelar constante deste parágrafo. Não se deve depositar confiança indevida em tais declarações. As declarações prospectivas valem apenas a partir da data em que foram feitas. Salvo quando de outro modo exigido pela legislação de valores mobiliários do Brasil ou dos EUA e pelas regras e regulação da CVM, SEC ou pelos entes reguladores aplicáveis de outras jurisdições, a Companhia e suas afiliadas não são obrigadas nem pretendem atualizar ou anunciar publicamente os resultados de qualquer revisão sobre suas declarações prospectivas para refletir resultados reais, futuros eventos ou desenvolvimentos, mudanças nas suposições ou mudanças em

outros fatores que afetem as declarações prospectivas. Recomenda-se, no entanto, a consulta às demais divulgações feitas pela Companhia sobre assuntos relacionados por meio de relatórios ou comunicados que a Companhia venha a arquivar junto à CVM e à SEC.